

**Faculdade de Direito**  
**Universidade Nova de Lisboa**

PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO

Chamada Ordinária

07.06.2019

Duração da prova: 3 horas

1. Imagine que Maria, funcionária do Ministério da Administração Interna, residente em Almada, foi objeto da sanção de demissão, por decisão do seu Diretor Geral que lhe foi notificada em 14.01.2019. Admita que, nos termos da lei, esta decisão estava sujeita à interposição de <sup>imp. ordinária</sup> recurso hierárquico necessário. Por isso, cinco dias depois, Maria interpôs recurso hierárquico da decisão para o Ministro da Administração Interna, que até hoje não respondeu. Maria pretende reagir junto dos tribunais administrativos, mas receia ficar, durante a pendência do processo, sem meios de subsistência. Diga que atuação processual deveria ela adotar para defender os seus interesses, identificando o tipo de ação a propor e pronunciando-se sobre os correspondentes pressupostos processuais (*cotação: 8 valores*).

2. Suponha que o Município de Lisboa abriu um concurso para a aquisição de parquímetros para o concelho de Lisboa e que se apresentaram ao concurso a empresa A, com sede em Lisboa, a empresa B, com sede em Coimbra, e a empresa C, com sede no Porto. Em 09.03.2019, a proposta da empresa C foi excluída da última fase do concurso e o concurso veio a terminar com a prática, em 29.05.2019, do ato de adjudicação à empresa B. A empresa C pretende reagir junto dos tribunais administrativos. Proceda ao enquadramento processual da empresa C, dizendo que ação deveria ela propor e pronunciando-se sobre os correspondentes pressupostos processuais (*cotação: 8 valores*).

3. Admita que, no âmbito do concurso nacional de ingresso no ensino superior, Carlos foi colocado no curso de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, quando, no seu entender, deveria ter sido admitido ao curso de Engenharia e Gestão Industrial da Universidade Nova de Lisboa, que constituía a sua primeira opção, tanto mais que Carlos reside em Lisboa. Carlos pretende reagir do que considera um erro junto dos tribunais administrativos, mas receia que, face ao início do ano letivo, a demora no julgamento da questão o possa impedir de frequentar o 1º ano do curso que pretende (*cotação: 4 valores*).

*CONSULTA: Pode ser consultada legislação não anotada.*